

## **A LIBERDADE POLÍTICA COMO ESPAÇO DA EXPRESSÃO DA DEMOCRACIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SEVERINO NGOENHA**

Farai Estevão<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo é resultante da reflexão profunda sobre a intolerância política que se vive em África e Moçambique em particular, onde o indivíduo que pensa diferente e/ou critica a elite política e os governantes é considerado como um inimigo e é alvo de ameaças, de chantagem e de ser exterminado. Trata-se de uma forma de fazer a política que destrói a já frágil democracia. A construção desta reflexão baseou-se no exercício hermenêutico dos escritos de Severino Ngoenha. Portanto, a reflexão constata que os princípios democráticos devem ser (re)construídos a partir do esforço e ação de todos, iniciando pela elite política e governantes que são o garante do cumprimento da legalidade. Constata ainda que a liberdade política é o garante das demais liberdades do cidadão em que a partir dela, o indivíduo distancia-se de práticas desumanas sob forma de intolerância política, violência, marginalização e opressão ao outro. Assim, a liberdade política oferece a oportunidade aos cidadãos de cultivar os valores do viver-juntos, de participar e determinar quem deve governá-los, que para além de direito de votar e ser votado, ela dá a maior possibilidade ao cidadão de fiscalizar e criticar as ações dos governantes.

**Palavras-chave:** Liberdade política. Viver-juntos. Futuro melhor.

### **POLITICAL FREEDOM AS A SPACE OF THE EXPRESSION OF DEMOCRACY: A REFLECTION FROM SEVERINO NGOENHA**

### **ABSTRACT**

This article is the result of deep reflection on the political intolerance that exists in Africa and Mozambique in particular, where the individual who thinks differently and or criticizes the political elite and the rulers is considered as an enemy, is the target of threats, of blackmail and of being exterminated. This way of doing politics destroys the already fragile democracy. The construction of this reflection was based on the hermeneutic exercise of Severino Ngoenha's writings. Therefore, the reflection finds that the democratic principles should be (re)constructed based on the effort and action of everyone, starting with the political elite and rulers who are the guarantor of the execution of the legality. It is also clear that political freedom is the guarantor of the citizen's other freedoms in which, through it, the individual distances himself from inhuman practices in the form of political intolerance, violence, marginalization and oppression of others. Thus, political freedom offers the opportunity to the citizens to cultivate the values of living-together, to participate and determine who should govern them, which, in addition to the right to vote and be voted for, gives the citizen the greatest possibility of monitoring and criticize the actions of those in power.

**Keywords:** Political freedom. Live-together. Better future.

**Data de submissão:** 10.04.2024

**Data de aprovação:** 29.10.2024

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação/Ensino de Filosofia. Área de pesquisa, Filosofia Política, Ética e Políticas Educativas. E-mail: farai.estevao1984@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a liberdade política é antigo e tornou-se um tema mais debatido nas ciências políticas na atualidade por ser um dos garantes da democracia. É antigo porque mesmo Aristóteles, na obra *A Política*, já argumentava que, em um governo democrático, a liberdade pública significava a possibilidade de governar e ser governado, cujos requisitos eram a existência de participação política e de leis, e inexistência de direitos inalienáveis.

Para o contexto africano, o debate é mais complexo porque para além do continente ser marcado por processo histórico de lutas e acordos para a formação dos atuais governos, é caracterizado igualmente por guerras e conflitos de interesses por parte da elite política e sua ganância em permanecer no poder, mesmo que isso custe a vida do povo inocente. Contrariamente à “Polis em Aristóteles”, na Grécia antiga, que era um espaço de debate e de reflexão onde os homens podiam desenvolver suas virtudes essenciais, e também como defende Jurgen Habermas (1997) que o espaço público político é o lugar onde o cidadão discute livremente as ideias para o bom funcionamento da sociedade, a política na atualidade, principalmente em estados colonizados, caso de África, tornou comum que pensar diferente é ser inimigo político e não adversário – o que tem conduzido vários políticos e governantes à intolerância política como forma de fragilizar os seus críticos.

Esta forma de fazer a política destrói a já frágil democracia, pois um Estado só pode ser considerado democrático se ele garante liberdade política aos seus cidadãos. É a liberdade política que clamamos em primeiro lugar para que (re)construamos a democracia, vencendo as árduas batalhas na (re)construção das sociedades mais justas, igualitárias e livres, e que eliminemos as novas formas de intolerância política e opressão onde os poderes dominantes florescem e aniquilam os sem proteção. Portanto, o nosso paradigma libertário não pode e nem deve, de forma alguma, abdicar a nossa história de luta pelas liberdades, a história de África e hipotecar o nosso presente e futuro das novas gerações por causa da ganância da minoria governante.

Ao discutir e refletir sobre o paradigma libertário africano, lembremos sempre que as independências conquistadas há décadas não foram uma conquista definitiva, mas o começo da caminhada em busca de uma verdadeira liberdade, que inicia com a conquista da liberdade política, que é considerada uma das principais características da democracia e garante das demais liberdades. As nossas liberdades dependem primeiramente da liberdade política que dá primazia a liberdade de escolher quem melhor compromete-se com o destino do povo, aquele que tem interesse em promover o bem-estar de todos povos, aquele que não permite que a opressão, a corrupção e desigualdade se aprofundem, que os mais vulneráveis sejam esquecidos e apenas lembrados no período eleitoral, e que as vozes dos mais fracos sejam silenciadas.

É neste pensamento libertário que se concentra esta reflexão, apresentando seguidamente a liberdade política como alicerce da democracia; o diálogo, consenso e reconciliação como pilares da liberdade política; a ganância pelo poder travando a liberdade política; e por fim as considerações finais sobre a temática em debate.

## 1 A LIBERDADE POLÍTICA COMO ALICERCE DA DEMOCRACIA

A liberdade política anda de mãos dadas com a democracia, ou seja, a liberdade política está diretamente associada à democracia. Ngoenha (2023)<sup>2</sup>, ao analisar vários problemas

---

<sup>2</sup> Discurso pela passagem dos 48 anos de Independência de Moçambique (25 de junho de 2023).

contemporâneos que caracterizam Moçambique, dentre eles, a intolerância política e a crise da democracia, encoraja-nos ao afirmar que “não podemos desistir de lutar por Moçambique” porque significaria negar o futuro das próximas gerações, privar os nossos filhos e netos de um país com oportunidades, educação de qualidade, serviços de saúde acessíveis e uma sociedade justa. Abdicar seria um ato egoísta e irresponsável, condenando as futuras gerações a um legado de desigualdade e limitações. Desistir seria trair o nosso passado de luta e comprometer o futuro das próximas gerações e permitir que as nossas riquezas sejam exploradas de forma predatória, beneficiando apenas alguns em detrimento da maioria.

Para tal, os povos precisam unir-se contra ditadura política sob forma de violência, ameaças e chantagem com finalidade de alcançar o poder, mas causando desgraça, desigualdade e opressão. Os povos precisam lutar contra o egoísmo exacerbado que considera o outro ou o adversário político como inimigo a ser abatido porque inviabiliza as pretensões da elite política governante. Portanto, Ngoenha (2004) defende que os partidos políticos devem considerar-se adversários e não inimigos. Eles devem rivalizar-se um com os outros, não a partir de pertencas étnicas ou religiosas, de amizade e apoios internacionais, mas de programas políticos que incrementam as liberdades nacionais, os espaços democráticos, a participação de culturas no debate civil e do nível de vida moçambicano.

No entanto, o povo precisa unir-se e defender o modelo democrático que não marginaliza algum grupo, mas que une os povos por uma causa – a construção da democracia e desenvolvimento. É nessa visão que Ngoenha (2004) recorda-nos que o contrato político entre os três movimentos (MANU<sup>3</sup>, UNAMI<sup>4</sup>, UDENAMO<sup>5</sup>) que deles surgiu a FRELIMO<sup>6</sup>, evidencia um exemplo de que quando os povos se unem, tornam fortes e conseguem resistir contra os desestabilizadores e instigadores. É através da união que os povos tornam capazes de questionar os interesses de seus governantes e dos imperialistas globais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), pois seus modelos democráticos provocam o mau-estar político e social nas sociedades pobres.

À esses desestabilizadores, instigadores e egoístas, Ngoenha (2017) encoraja-nos a resistir e só podemos resistir-lhes, se estivermos unidos; se não cairmos na ratoeira das divisões e das ganâncias – não importa quão desafiadoras sejam as circunstâncias, mas o povo não pode em hipótese alguma, desistir de lutar pela liberdade política que é o garante das demais liberdades em sociedades democráticas.

Para Ngoenha (2017, p. 92), “[...] todo o liberalismo, no sentido de liberdades políticas, é feito de revoltas contra a opressão.” Contudo, a decisão de lutar pela liberdade política deve ser contínua e de todas gerações porque ela nunca pertence a uma geração e nem se transmite aos filhos pela corrente sanguínea, mas conquista-se através de processos de luta ininterrupta que requerem atenção e esforço de todos, principalmente por parte daqueles que acreditam nos valores de liberdade política.

É nesta visão libertária que em *Filosofia Africana: Das independências às Liberdades* (1993), Ngoenha considera que a democracia não se reduz a mera realização de eleições por um partido ou por outro, nem sequer de escolher o presidente que queremos que nos governe, como comumente se verifica nas democracias africanas, mas o lugar que o povo tem que ocupar nas decisões dos problemas fundamentais que lhe dizem respeito, para que tenha liberdade e controle

---

<sup>3</sup> MANU – União Nacional Africana de Moçambique.

<sup>4</sup> UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente.

<sup>5</sup> UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique.

<sup>6</sup> FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.

real da política, economia, educação e cultura. A democracia deve basear-se na inserção de cada indivíduo no seio da comunidade e na participação integral da sua vida. Nela, cada indivíduo deve poder cooperar, ouvir e fazer sentir a sua opinião, ajudar e fazer-se ajudar, amar e ser amado (NGOENHA, 1993).

A visão de Ngoenha é corroborada em Sen (2010), ao defender que a liberdade política permite que os cidadãos participem do governo de seu país, estado ou município, contribuindo no debate, formulação e implementação de políticas que definem prioridades e valores a serem seguidos. Sen (2010) elucida que a liberdade política em uma democracia, vai muito além do direito de votar e ser votado, mas fiscalizar o trabalho, expressar ideias políticas e insatisfações.

É a partir desta concepção que Ngoenha (2019) defende a diversidade de opiniões que contribuem para o bem comum da sociedade através de um regime político que, sem recolonizar nem criar hierarquias, permite unir os diferentes grupos e levá-los, não só a evitar conflitos, mas a cooperar e a criar juntos um processo de desenvolvimento político e social (NGOENHA, 2019).

Trata-se duma visão que interviria positivamente na resolução dos problemas de Moçambique e de consideráveis países africanos onde a oposição é considerada inimiga e a separação, descentralização e respeito pela autonomia de cada um dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) não tem clareza ou quase é inexistente. É um modelo democrático que consolida e equilibra e separa os poderes porque a sua inoperância mergulha o estado em situações de crise política e social caracterizada pela corrupção, servilismo político e nepotismo que, com insatisfação de um certo grupo de indivíduo, etnia ou do povo de uma região pode provocar intolerância política e círculos de revoltas que vão alastrando-se como “bola-de-neve”.

É preciso mudar o paradigma político atual em que o vencido nas eleições, por exemplo, é excluído na formação do governo – uma verdadeira ignorância de que a vitória não foi a cem por cento em alguns casos e as guerras civis, casos de Moçambique e Angola, não foram ganhas militarmente, mas através de negociações e atos cívicos. Os africanos precisam viver e compreender que as diferenças políticas enriquecem a democracia e a união é a base para o desenvolvimento. As diferenças políticas devem apenas disputar os projetos políticos e não rivalizar por questões de ganâncias de pequeno grupo de pessoas, por questões étnicas ou por acordos internacionais que favorecem a elite governativa. O respeito pela diferença de opiniões não deixa o indivíduo ficar prisioneiro de padrões de pensamentos, mas olha a sociedade ou o mundo com novos olhos que visam mudar os velhos pensamentos.

É preciso que os governantes (re)construam uma democracia que não abre espaço de angústia e ódio político entre os povos ou grupos de indivíduos, por isso, Ngoenha (2004, p. 211), defende que “[...] o espaço político é e deve permanecer um campo aberto, uma vez que os homens são movidos por uma multiplicidade de interesses e opiniões”. É neste campo político aberto que pode ser construída uma democracia participativa baseada na liberdade política, através da aceitação do jogo democrático onde a democracia jamais transformará a força parlamentar do certo partido em instrumento para destruir a oposição. A oposição é necessária, ela tem que ser vista, não em termos de “inimigo”, mas de adversário político e *partner* para a construção de um Estado democrático. Quanto mais a oposição for marginalizada no debate político nacional, mas ela será tentada a aglutinar os conflitos etno-culturais (NGOENHA, 2004).

É a responsabilidade dos governantes, através de programas políticos e sociais, educar o povo a construir a cultura de conviver com as diferenças, pois nota-se que em sociedades em que as desigualdades são extremas, a intolerância política é maior. Com isso, a democracia deve

mudar o paradigma político de modo a dar a maior liberdade política, evitando constrangimentos, ameaças e chantagem em razão das posições políticas de cada cidadão.

## 2 A LIBERDADE POLÍTICA COMO CONDIÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Duma forma recorrente, discute-se nesta reflexão que a liberdade política é o garante da paz, do consenso, da reconciliação e do amor ao próximo. E igualmente relaciona-se com o desenvolvimento porque só desenvolve quem goza das liberdades, ou seja, “o homem é homem pela sua condição de ser livre” SARTRE (1978, p.9), e como NGOENHA (1993, 2004, 2013, 2017) faz entender em suas obras que a liberdade política é o garante das demais liberdades – o espaço onde o indivíduo constrói a sua identidade com a capacidade de escolher e agir por si mesmo com a autodeterminação e autonomia ou independência. Assim, considera-se o desenvolvimento como o processo de expansão das liberdades que as pessoas usufruem para o exercício das suas tarefas sem barreiras ou restrições que as deixam reféns.

Em *Resistir a Abadon* (2017), Ngoenha apresenta um conceito de liberdade otimizado relativamente as suas primeiras propostas apresentadas no final do século XX e atualmente através de seus discursos e obras recentes. Para ele, nesta nova proposta hermenêutica, a liberdade é vista, num primeiro momento, como distanciamento em relação as modas e correntes da época, e mais ainda, como um sonho de prosperidade e harmonia futura, por isso, como paz e desenvolvimento. Nas suas próprias palavras, “desde sempre, o viver juntos, a harmonia, constitui o âmago da reflexão filosófica”. (NGOENHA, 2017, p. 32).

Ngoenha (2017) procura fazer um diagnóstico do que impede o alcance da *Eudaimonia* (Aristóteles), a busca da felicidade e do bem-estar. Portanto, lutar pela riqueza ou pelo poder não faz a felicidade; que a verdadeira *eudaimonia* se funda sobre a liberdade, a autarcia e a impassibilidade e ele cita as posições antibelicistas de Sócrates e Platão que “a sua República é regida por normas de vida segundo a natureza; as armas não têm lugar”. (NGOENHA, 2017, p. 88).

Nesse caso, a liberdade seria a condição de distanciar-se da violência, de conflitos, de intolerância porque isso só retrocede o nosso desenvolvimento. Ao falar de paz e desenvolvimento alicerçados na liberdade política, o contexto que se vive em vários países africanos é preocupante. É relatado em consideráveis países africanos que a oposição política é combatida, é eliminada e supõe-se que as elites políticas não consideram a ideia proveniente da oposição política porque não espelha a agenda do desenvolvimento. Portanto, os africanos vivem um grande problema da dificuldade de reconhecer o outro. Para as elites políticas africanas, o outro só existe desde que se subordine a elas. Trata-se de um clima de combate e intolerância que gera conflitos, violência e mau estar nas sociedades por negar a existência do outro, isto é, a política que não lida com diferenças no modo de pensar.

Esta forma de fazer política retarda a paz e o desenvolvimento, pois não alimenta a cultura de conviver com as diferenças, de aproveitar as qualidades do outro na contribuição para o desenvolvimento da sociedade. É uma política que exclui o outro de beneficiar-se do fundo do Estado para projetos de desenvolvimento, de adquirir licenças de exploração de recursos naturais ou de explorar e beneficiar-se das potencialidades locais ou de ocupar funções de destaque nas instituições do Estado, independentemente das condições ou meritocracia.

À esta abordagem, associa-se a visão de Amartya Sen (2010) ao referir que as liberdades são as dimensões essenciais para o desenvolvimento de uma pessoa ou sociedade porque elas propiciam o poder de frequentar diversos ambientes sociais (educação básica, serviços de saúde,

acesso ao mercado, direitos civis e sociais), possuir auto-estima e participar da vida da comunidade sem constrangimento. Para Sen (2010), o que as pessoas conseguem fazer é influenciado pelo exercício das liberdades, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas.

Para Sen (2010), a liberdade política, incluindo os direitos civis, referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios. Sen (2010) considera que a liberdade política permite as facilidades econômicas que são oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca.

O autor considera que a liberdades política desempenha um papel fundamental para o processo de desenvolvimento, pois a existência de direitos políticos e civis dão às pessoas a oportunidade de chamar atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. Trata-se de uma responsabilidade em que as instituições democráticas fornecem um instrumento de monitoramento do poder governamental, limitando a corrupção e políticas impopulares. Neste sentido, as ações do governo tornam-se respostas às pressões exercidas sobre o governo, “e é nisso que o exercício dos direitos políticos (votar, criticar, protestar, etc.) podem realmente fazer a diferença” (SEN, 2010, p. 199).

Apesar de ser inegável que a política seja uma luta pelo poder, mas é necessário que nessa luta, a elite política, o Estado, as pessoas ou grupos de pessoas lutem e defendam os interesses nacionais da sociedade, que os interesses egoístas. A efetivação da liberdade política evitaria a eventual tentativa de dominação de uns sobre outros, como tem sido comum nas políticas africanas, em que o outro do governo tenta dominar por meio de chantagem e ameaça política ao outro da oposição, gerando conflitos que retardam o processo de desenvolvimento.

Ngoenha (2017, p. 19) considera que o cerceamento da liberdade política limita-nos de todas outras liberdades, o que pode propiciar o recrudescimento de violência e conflitos. Aliás, Ngoenha afirma que a violência priva-nos das liberdades. No Moçambique contemporâneo, isso é uma verdade. A violência manifesta-se sob muitas formas, algumas latentes, escondidas, mas nem por isso menos devastantes. É um cancro que se insinua no corpo social e nos atinge lá onde menos esperamos.

Ngoenha vê as guerras em Moçambique, que apesar de mobilizadas internamente, como que motivadas por interesses econômicos de grandes atores da geopolítica global e afirma que foi assim nos 16 anos (com a guerra civil), e tem sido assim desde o conflito de 2013 com a “redescoberta” do petróleo e gás na bacia do Rovuma, envolvendo multinacionais com expressões globais.

Na visão ngoenhiana, o grande problema é a desconfiança e intolerância política que prevalência nos moçambicanos e africanos em geral, manifestadas através de violências, sequestros, mortes aos opositores e através das guerras com um risco profundo delas desgastarem os Estados, afigurando-se instrumentos de desordem contínua, que mina lentamente a nação e, muitas vezes, dividem o país, até geograficamente, como recentemente aconteceu com o Sudão (referendo de 2011). O curioso é que nem o pretexto que as mobiliza – o de alcançar o equilíbrio de forças ou restituir a ordem é alcançado. Nos dias atuais, os confrontos entre forças do governo e paramilitares e a crise política na região fronteira entre Sudão do Sul e Norte estão longe de chegar ao fim, levantando temores de uma nova guerra.

Em Moçambique, o recente conflito armado entre Frelimo – Governo e Renamo fez com que o falecido Dom Jaime Gonçalves, arcebispo católico da cidade da Beira, um dos protagonistas do Acordo Geral de Paz de 1992, clamasse, e Ngoenha o cita: “podemos tocar

todos os tambores de uma só vez – ninguém nos vai escutar. Se Moçambique não acabar com a guerra, a guerra vai acabar com Moçambique”. (NGOENHA, 2017, p. 123). Com quase uma centena de anos, Dom Jaime Gonçalves quis denunciar o paradigma da violência em Moçambique, alertando para a necessidade de desviar-se o curso da história, para um paradigma de paz que conduza o desenvolvimento das comunidades porque a violência, conflitos e guerras geram subdesenvolvimento. Ainda no contexto moçambicano, NGOENHA (2017, p.126) cita Max Stirner (1844) para esclarecer que a causa do conflito reside no fato de “[...] o indivíduo que emerge depois dos acordos de Roma parece-se muito com o indivíduo de Stirner. Não se trata de um sujeito emancipado, mas de um indivíduo que usa e abusa das suas relações e pertenças sociais para fins egoístas”.

Para Ngoenha (2017), o egoísmo de um ou de um grupo de indivíduos faz com que a ideia de povo deixa de existir; a ordem social pode ser ignorada; as instituições não são respeitadas; as leis comuns que materializam o viver juntos são ignoradas. “A sua única causa é o seu *Eu*, a sua particularidade, o único nele”, (NGOENHA (2017, p.126).

Entende-se, no entanto, que Ngoenha (2017) ao recorrer Stirner (1844), pretende esclarecer o egoísmo que caracteriza consideráveis líderes políticos africanos e em particular moçambicanos. Nota-se que para eles, a realização pessoal se encontra no desejo de cada um em satisfazer os interesses pessoais, de seu egoísmo, seja de que forma, por instinto, sem saber, sem vontade, ou conscientemente. O modo como comportam-se mostra que são guiados pelos impulsos egoístas, pois eles preocupam-se mais na sua vida privada, da singularidade, do isolamento com o povo no qual representam, mesmo sabendo que sua riqueza é proveniente do povo sofredor. Essa forma de fazer política dificulta o desenvolvimento uma vez as oportunidades econômicas, recursos públicos e serviços sociais estão concentradas num pequeno grupo de indivíduos que não se preocupa com o outro.

Assim, a liberdade política permitiria aos cidadãos ter mais potencial para cuidar de si mesmos e dos outros, com a maior possibilidade de gerir os seus interesses e projetos de desenvolvimento. Com isso, é positivo que os governantes e as elites políticas analisem e abracem os seus contraditórios, pois podem apresentar ideias construtivas e inspirações para os que governam. O não respeito pelas ideias dos críticos retroceda as aspirações do desenvolvimento porque os que defendem os mesmos ideais sem criticar são favoráveis a “bajulação, corrupção, branqueamento de capitais, nepotismo, arrogância e totalitarismo” – isto é, a mesma “família política” pouco abre espaço de crítica interna, mas sim uma conduta do individualismo e acumulação de riqueza por meio do poder político.

É necessário que os governantes africanos, e não só, aceitem e defendam a liberdade política que permite a participação ativa de todos atores com diferentes visões do desenvolvimento, pois ela abre o espaço de debate sobre o respeito ao bem público, vida em comum e instrumento de controlo do governo, tornando-se base fundamental de elaboração de programas de desenvolvimento que favorecem os desfavorecidos. É nessa perspectiva que se olha a liberdade política como o espaço de debate que abre o processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e outras liberdades que contribuem para a melhoria das condições de vida, considerando que o garante dos serviços básicos ao cidadão não é um tipo de luxo que apenas países mais ricos podem se dar, pois representam os próprios meios e fins do desenvolvimento, incluindo o crescimento econômico.

### 3 O DIÁLOGO, CONSENSO E RECONCILIAÇÃO COMO PILARES DA LIBERDADE POLÍTICA

Duma forma recorrente, Ngoenha defende que é do exercício da liberdade política que se reivindica outros direitos e amplia-se as demais liberdades. Com isso, a liberdade política abre caminho ao diálogo, consenso e reconciliação dos povos.

Na obra *Resistir a Abadon*, Ngoenha (2017), coloca como principal desafio para os moçambicanos a resistência contra Abadon que significa a unidade, a reconciliação e a retoma da confiança mútua, que são os princípios que nortearam os congressos pan-africanos que ele nunca perde de vista. É nesta visão que ele considera que “um povo reconciliado é menos permeável às solicitações e seduções dos fazedores de conflitos” (NGOENHA, 2017, p. 132). É a partir da unidade dos povos que se chega ao diálogo, consenso e reconciliação que podem mudar o rumo dos acontecimentos da África pós-colonial caracterizada por conflitos de origem política, étnica, religiosa e territorial que aumentam a pobreza e miséria, para além das crises econômica e política.

Para Ngoenha (2013, p.157), “[...] a falta de consenso é a causa principal da instabilidade político-militar e das desigualdades sociais”. Por isso, ele defende o espírito de “viver-juntos” e a existência de uma comunidade política baseada em regras bem definidas, da clareza das formas lícitas de participação no debate político, separação dos poderes e de acordo sobre os princípios axiológicos que norteiam as vivências dos povos. É através do “viver-juntos” que o indivíduo torna tolerante, mas o ser tolerante não significa renunciar às próprias convicções, mas aceitar, e de boa-fé, que o outro possa ter, ideias diferentes das minhas.

É sobre o diálogo que Ngoenha recorda que a partir do momento em que se estabeleceu a democracia, a pluralidade de ideias e de pontos de vista, a vida política tornou-se necessariamente policêntrica, e afirma:

O diálogo começa quando reconhecemos o outro a quem nos dirigimos. O diálogo é essencialmente pôr em comum um sentido, é pôr em comum o que ainda não é, a partir do que já é; constatar as divergências com base no que já se tornou comum: a presença ao mesmo país, a existência de uma certa moçambicanidade, de uma história comum (mesmo de conflito) e o desejo comum da paz. No diálogo, a questão é saber como transitar de eu e tu, a nós. (NGOENHA, 2013, p. 168).

Portanto, o diálogo e o respeito pela pluralidade de opiniões são condições indispensáveis para a (re)construção da democracia. É a partir do diálogo e consenso que se encontra melhor via de resolver conflitos, pois, agrega-se as preocupações de todos antes que a decisão seja tomada. Mas isso depende principalmente da maneira como é feita a política, isto é, não fazer a política em função das regalias econômicas que os políticos e candidatos procuram – usar da política um meio para aceder a economia, governar e ter acesso a posições de poder. Trata-se de uma prática criticada em Ngoenha (2013) que sem discutir os projetos políticos que melhorem as condições de vida das populações, para os políticos moçambicanos e africanos em geral, a luta é aceder ao poder como trampolim para ter privilégios, mordomias, entrada em empresas, ser PCA, vantagens econômicas e as benesses materiais. Tornou uma prática comum que ser membro do partido no poder é ter uma porta aberta para a ascensão econômica, através de negócios por meio de tráfico de influência, o que faz com que os membros dos partidos sejam intolerantes políticos, pois usam todas as forças ao seu redor para aniquilar os seus adversários e críticos de modo a alcançar seus propósitos.

É uma prática e forma de fazer a política que gera conflitos e para evitá-los, é preciso que a liberdade política seja um espaço onde expressa-se a verdadeira democracia que respeita a pluralidade de ideias no debate sobre os projetos de desenvolvimento das sociedades – um lugar em que se transmite os princípios de “viver-juntos”, independentemente das diferenças políticas, sociais e culturais, onde o viver “em comum” exige de cada um, o espírito de diálogo, consenso e reconciliação. É no debate sobre o respeito pela pluralidade de ideias, diferenças étnicas e religiosas e políticas que recordamos Amílcar Cabral, um nacionalista de luta de libertação que criou a primeira equipa de futebol do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), constituída por 11 jogadores de etnias diferentes.

Portanto, Cabral tinha uma visão reconciliatória baseada na reconquista dos valores nacionalistas através de uma verdadeira reconciliação. É uma visão recorrentemente defendida por Ngoenha (2013) ao considerar que se não forem encontradas as soluções para a verdadeira reconciliação nacional, a nação será abortada, ou seja, será interrompido o espaço democrático que dificilmente é edificado juntamente com o desenvolvimento econômico e social. Ngoenha alerta que, se nós não tomamos a sério, abortamos como país, como nação e como povo.

É através do diálogo e reconciliação que se resolve os conflitos e impasses políticos e sociais, como passara pelo diálogo o fim dos conflitos da guerra civil em Moçambique. É neste debate que Ngoenha adverte que o diálogo não é acomodar os interesses das partes, quer sejam econômicos, ou a distribuição entre os beligerantes de lugares nos gabinetes eleitorais, ou subordinar o diálogo a um juridismo estéril, nem ao resultado de ameaças de armas ou de sabotagem (NGOENHA, 2013, pp.165-166). O diálogo deve ser a negociação que espelhe a vontade da maioria a partir de respeito pelos princípios democráticos, pois não seremos povo reconciliado se a nossa democracia for frágil e permeável a políticas negativas defendidas por um pequeno grupo de indivíduos. Quer dizer, o diálogo deve produzir resultados vantajosos à maioria e abrir o caminho da reconciliação, pois é difícil reconciliar o povo em crise de valores comuns, em desespero – “o povo sem futuro”.

O processo de diálogo e reconciliação estimula à renúncia das diferenças desvantajosas que dividem e alimentam ódio e violência entre os grupos, povos e etnias, como viveu-se em Ruanda após genocídio de 1994 (massacradas mais de 800 mil pessoas), ao eleger um *slogan* reconciliatório que dizia: “*já não há hutus nem tutsis, apenas ruandeses*”. Portanto, a história desagradável é olhada apenas como exercício de tirar ilações, isto é, como referência do que não pode voltar a acontecer – olhar a tragédia para melhor evitar o retorno do passado doloroso.

Os ruandeses tiveram a consciência de que o diálogo e a reconciliação são caminhos para o bem-estar, caminhos do desenvolvimento. Como afirma Lederach (1997), que a reconciliação consolida a paz, quebra o ciclo de violência e fortalece a nova democracia e é o impedimento uma vez por todas, do uso do passado como a semente do conflito renovado. Mas é preciso acautelar o processo de reconciliação para que não se salve apenas o Estado sem “curar” a sociedade, pois o surgimento posterior de fenômeno de violência como o aumento de criminalidade em algumas sociedades pode estar relacionado com processos de transição democrática pouco consolidados (SIMPSON, 1997; 2000).

Assim, torna evidente que a reconciliação é a tarefa de todos – um verdadeiro espaço da liberdade política, da (re)construção da democracia, um lugar onde as pessoas distanciam-se do “eu” e passam a pronunciar o “nós, nós em-comum”. É através da defesa dos princípios de “em-comum” que os homens se unem para (re)construir sociedades e recuperar os laços que reconstroem a harmonia social e criar um ambiente capaz de superar todas as diferenças por meio da convivência pacífica e tolerante.

#### **4 A GANÂNCIA PELO PODER TRAVANDO A LIBERDADE POLÍTICA**

O debate existente na ciência política evidencia que a história da humanidade é das lutas travadas por indivíduos ou grupos que visam fragilizar os seus críticos, para conquistar, manter ou expandir o poder político que é o garante dos outros poderes. Ngoenha (2004) reconhece que a tentação do poder é própria do homem, e esta aumenta mais devido a pobreza e miséria na nossa sociedade onde trava-se a batalha pelo melhoramento da condição de vida.

É uma história de lutas violentas pela conquista e manutenção do poder que se alargou desde as formas primitivas até algumas nações modernas, caracterizando-se hoje por ameaças políticas, sequestros, torturas e até assassinatos de ativistas, líderes e dirigentes de movimentos críticos ao governo ou governantes. Trata-se duma forma de conquistar e manter-se no poder que limita a liberdade política do indivíduo, contrariando desta, os princípios democráticos que devem defender, promover e garantir a liberdade política do indivíduo.

Se os princípios democráticos não forem respeitados, é evidente que se estará perante a ameaça de conflitos étnicos, políticos e sociais porque a ala oprimida, injustiçada ou impedida de gozar as suas liberdades cria um sentimento de revolta para proteger e salvar-se da dominação. É na luta pelo poder que a liberdade política é posta em causa, piorando a já fragilizada democracia em África. No contexto africano, há registo de governantes gananciosos que enquanto estiverem em vida ou gozarem de boa saúde, não almejam deixar o poder.

Apesar de seus Estados afirmarem-se como democráticos, os seus governantes não toleram a oposição política, pois ela é ameaçada e combatida, ou seja, há interesse dos governantes em extinguir a oposição que tem maior simpatia do povo. Na atualidade africana, são exemplos de governantes, Yoweri Kaguta Museveni de Uganda, presidente no poder desde 1986 e Paul Biya dos Camarões, desde 1982 que tiveram que alterar artigos constitucionais que impediam a sua continuidade no poder. Igualmente, associa-se à esta lista o Teodoro Obiang Nguema, presidente da Guiné Equatorial, no poder desde 1979 que é apontado como um dos governantes mais ricos da África e do mundo, enquanto a sua população está mergulhada na pobreza extrema, para além do Paul Kagame, presidente de Ruanda que está no poder desde 1994 (vice-presidente) e a partir de 2000 (Presidente), que sem ignorar a sua figura que reluz não só Ruanda, mas a África e o mundo inteiro em termos do crescimento económico, ele se opõe à limitação de número de mandatos.

Igualmente, no passado recente, o continente registou eventos similares em Angola onde o presidente José Eduardo dos Santos que esteve no poder entre 1979-2017, sem tirar o mérito de arquitecto de paz, beneficiou-se da nova constituição de 2010 para manter-se ainda mais no poder, tornando-se num dos chefes de estado africanos com mais anos no poder (38 anos). O outro exemplo é do Zimbábue, com Robert Mugabe no poder entre 1980-2017 (37 anos) e 93 anos de idade, que foi obrigado a renunciar a presidência por meio de golpe militar em Novembro de 2017. De um lado, o Robert Mugabe é considerado o ícone, líder da luta anticolonial e da libertação, e do outro como um déspota, rejeitado até pelos próprios camaradas de luta na fase final da sua vida. Com tantos problemas que o país atravessava, a elite política e veteranos de guerra ofereceram ao Mugabe várias saídas graciosas para deixar o poder, mas ele rejeitou-as, chegando o partido que há várias décadas tinha controlado, a criticá-lo publicamente.

Nestes países e não só, os diversos órgãos de comunicação reportam que os governantes não almejam deixar o poder, por mais que as suas populações estejam mergulhadas na pobreza e miséria. Como forma de livrarem-se da pressão, recorrem a intolerância política contra os seus opositores e os que pensam politicamente diferente e usam a ditadura travestida de democracia

para confundir a opinião pública, mas sabe-se que o cidadão é submetido às formas de chantagens políticas que, se ele almejar sucesso profissional, social e acadêmico, tem que pertencer ao regime do dia (partido do governo) e fazer parte do jogo político para dele tirar vantagens.

É por esta razão que Nóbrega (2010, p.131) considera a democracia em África como a democracia limitada pelo fato de negar o direito à oposição política – uma política herdada no período do regime de partido único e que prevalece nas mentes de alguns. O autor diz que em África, a oposição é tolerada, mas não acarinhada. Os opositores são chamados de “trouble makers”, expressão utilizada por Julius Nyerere (1961), em *One Party Government*, por serem considerados não um concorrente legítimo, mas o inimigo, a ameaça a que é preciso vigiar e, se possível anular.

No entanto, torna-se evidente que a limitação da liberdade política ao cidadão deve-se ao objetivo principal que os políticos gananciosos têm – aceder o poder e dele usufruir das mordomias e tirar a maior vantagem econômica e favores nas instituições. Para eles, oprimir e limitar a liberdade política aos seus críticos torna-se a estratégia de permanecer no poder, passando a considerá-los de inimigo que devem ser silenciados ou exterminados. Por isso, Ngoenha (2013) considera que a verdadeira face política que se vive em Moçambique e em vários países africanos, consiste na luta pelo poder para aceder à economia e vantagens materiais – uma maneira de fazer política que traz conflitos sociais, pois, esquecido o povo como a preocupação principal, não surpreende que o nível de vida dos detentores do poder seja desmedidamente mais elevado que o do cidadão comum e que as elites, doravante político-econômicas, não exijam de si próprias, os mesmos sacrifícios que exigem das outras camadas sociais.

Considera-se que embora a luta pelo poder seja a característica dos governantes africanos, ela constitui principal causa das desavenças políticas e sociais. A ganância pelo poder destrói a boa convivência social e faz com que o indivíduo ou um grupo deixe de fazer esforço para todos, como um país, região ou continente, mas para si, o que pode destruir o futuro das nações. Nota-se que a corrupção, nepotismo, abuso do poder, clientelismo e servilismo que vivemos hoje resulta da ganância exacerbada que caracteriza alguns governantes e elite política.

Por isso, Ngoenha adverte e apregoa a união de todos na luta pelo “bem-comum”, lembrando a ganância de alguns africanos que outrora venderam irmãos como escravos pensando que eram espertos, mas no fim, todo o negro tornou escravo. Então, aqueles que hoje pensam que podem tirar benefícios enormes pessoalmente em detrimento dos outros, o ponto de chegada vai ser o mesmo. É preciso que os governantes e todos os indivíduos tenham a consciência de povo, de grupo, de união e comunhão para fazer esforço e trazer benefícios para todos, o que pode distanciar os jovens e adultos de quaisquer manobras de vendedores de armas, de chantagistas políticos, de manipuladores ou de caçadores de recursos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta reflexão, constata-se que os governos que optam pela linha ideológica ortodoxa – uma espécie de barreira ou eliminação das liberdades do cidadão, iniciando pela liberdade política que é o garante das demais liberdades, destroem a democracia ao tentarem devolver os Estados à época do partido único defendido pelo modelo soviético que perseguia e prendia os opositores políticos. A imposição política por meio de intolerância política

(chantagem, ameaça, violência, sequestro, vingança, etc.) que se vive em África e Moçambique em particular, gera ódio, descontentamento, conflitos, revoltas e guerras.

E para salvar o povo destes males, é necessário que a elite política e governantes retirem-se da ganância exacerbada, da arrogância, do egoísmo, da corrupção e das amarras em ideologias do regime do partido único que aniquila os opositores políticos ou críticos. É preciso que eles entendam que os povos serão fortes política, social e economicamente se agregarem as diferenças de pensamento e a cultura de viver-juntos. É através da efetivação da liberdade política que se pode reduzir os conflitos, abrindo o espaço da expressão da democracia a partir do diálogo e consensos, considerando que o sucesso da democracia num país, não se resume em escolher um partido em detrimento do outro, mas em privilegiar a inclusão no debate político e na tomada de decisão sobre grandes assuntos do futuro e pelo respeito pelas diferenças de opinião e vontade política de cada indivíduo.

É pela liberdade política que os povos vivem a democracia, um verdadeiro sentido de viver-juntos em que “eu passo a respeitar as convicções e opiniões do outro e a minha liberdade justifica-se pela liberdade do outro”. No entanto, a liberdade política é realizada quando o sujeito se coloca diante do outro como presença – o que deve ser uma tarefa contínua de todos a partir da existência da moralidade e responsabilidade.

É na responsabilidade que se exige a ética- uma condição para que os indivíduos possam viver e conviver em sociedade, respeitando o diferente e responsabilizando-se por próprias escolhas. Negar ou condicionar a liberdade política ao povo, é negar a natureza humana e, conseqüentemente, gerar um profundo sofrimento porque o indivíduo livre politicamente e reconciliado, engaja e compromete-se com o seu bem-estar, da comunidade e do país em geral.

Conclui-se assim que a liberdade política implica conviver com o diferente nas preferências políticas e decisões que nem sempre agradam, principalmente aos governantes e elite política, mas necessárias para o reforço da (re)construção e expressão da democracia que conduz os povos à estabilidade política, social e económica.

## REFERÊNCIAS

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneicher. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEDERACH, John Paul. **Building Peace. Sustainable Reconciliation in Divide societies**. Washington DC: United States Institute of Peace, 1997.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das independências às Liberdades**. Maputo, Moçambique: Edições Paulistas, 1993.

NGOENHA, Severino Elias. **Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?** Maputo, Moçambique: Editor: ISOED, 2013.

NGOENHA, Severino Elias. **Mondlane-Regresso ao Futuro**. Maputo: Real Design Editora, 2019.

NGOENHA, Severino Elias. **Os Tempos da Filosofia: Filosofia e Democracia Moçambicana**. Maputo: Imprensa Universitaria, 2004.

NGOENHA, Severino Elias. **Resistir a Abadon**. Maputo: Paulinas, 2017.

NÓBREGA, Álvaro. **A democracia em África: Meio século de independências africanas**. Universidade Autónoma de Lisboa: Editora Observare, 2010.

NYERERE, Julius. **One Party Government**, in *Transition*, n. ° 2. Dez. 1961.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução e notas de Virgílio Ferreira. 4ªed. Lisboa: Presença, 1978.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMPSON, Graeme. **Rebuilding Fractured Societies: reconstruction, reconciliation and the changing nature of violence**, Centre for the Study of Violence and Reconciliation, South Africa, 2000. Disponível em: <http://www.csvr.org.za/papers/papundp.htm>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SIMPSON, Graeme. Reconstruction and Reconciliation: emerging from transition. **Development in Practice**, vol. 7, n. ° 4, pp. 475-478, 1997. Disponível em: <http://www.wits.ac.za/csvr>. Acesso em: 18 mar. 2024.